

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SEIS. -**

--- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: ---

--- **Um**—APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL PARA IMÓVEIS (IMI) PARA DOIS MIL E SETE. -----

--- **Três**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA NO ANO DOIS MIL E SETE. -----

--- **Quatro**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM. -----

--- **Cinco**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----

--- **Seis**—APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS DAS RENDAS DA EDP A CELEBRAR NO SEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO POR CONSULTA PÚBLICA -----

--- **Sete**—APROVAÇÃO DO ACORDO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E VERSATILIDADES, S.A., ISILOT, S.A., EXPANSOL, S.A. E MESTRE MACO, S.A..-----

--- **Oito**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À REDE NACIONAL DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS. -----

--- **Nove**—SUBSCRIÇÃO DA RESOLUÇÃO POLÍTICA APROVADA NA XXIII

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA (INNSBRUCK, ÁUSTRIA, DEZ A DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E SEIS).

--- **Dez**—SUBSCRIÇÃO DA CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL, APROVADA NA XXIII ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA (INNSBRUCK, ÁUSTRIA, DEZ A DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E SEIS).

--- **Onze**—SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO QUARTO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA.-----

--- **Doze**—SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS.-----

--- **Treze**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Anabela Botelho Amaro Almeida, António Miguel Moura Pires, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Idália Maria Marques de Menezes Salvador Serrão Moniz, João Francisco Teixeira Leite, João Gabriel Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho dos Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Maria Helena Gaspar da Fonseca, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Pedro Nuno Pimenta Braz, Vicente Carlos Flor Batalha e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha.

--- **Presidentes de Junta:**-----

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

213

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Maria José Mancellos Santos Gomes (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Paula Maria Fernandes Cortez Batista (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Luís Maria Severino Arrais (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Diamantino Cordeiro Duarte (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Justificaram a ausência: -----

--- Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém.-----

--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes (CDU), Jaime Manuel Teodoro Santos, João Luís Madeira Lopes (CDU), Luís Alberto Ferreira Leitão e as senhoras Ana Raquel da Costa Mateiro (PSD), Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata (PSD) e Maria Fernanda do Rosário Roque Azoia (PSD).-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

Matos, Mário José Rodrigues dos Santos, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Lúgia Corujo Reis Batalha e Henriqueta da Graça Pereira Carolo. -----

--- Ausências: -----

--- Manuel António dos Santos Afonso. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a discussão e votação a Acta número sete/dois mil e seis, que foi retirada para rectificação de acordo com a solicitação do senhor **Pedro Braz**.-----

--- Depois, pôs a discussão e votação a Acta número oito/dois mil e seis, que foi **aprovada por unanimidade**, com a alteração sugerida pelo senhor José Luís Cabrita.---

--- Por último, colocou a discussão e votação a Acta número nove/dois mil e seis, que foi **aprovada por unanimidade**-----.

--- Prosseguiu-se com o **Período de Antes da Ordem do Dia** tendo sido dada a palavra ao senhor **Luís Almeida** que saudou a organização do Festival do Alviela fazendo votos para que os objectivos do mesmo sejam atingidos.-----

--- Depois usou da palavra o senhor **Vicente Batalha** referindo que o Festival do Alviela foi o elemento mais visível na defesa do rio e da qualidade da água.-----

--- Recordou que a CLAPA foi criada há trinta anos, salientando que o Festival de Zeca Afonso, com toda a plêiade de cantores de intervenção e também a realização de uma sessão descentralizada da Assembleia marcaram o ponto alto da luta contra a poluição do Alviela, nesse período, sublinhando ainda que o primeiro Festival do Alviela cumpriu os seus objectivos.-----

--- Referiu ter ficado preocupado com as informações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara sobre a audiência com o senhor Secretário de Estado do Ambiente na qual foi manifestada a disponibilidade para a realização de novos estudos, quando há três anos

tudo estava estudado, quantificado e orçado, acrescentando que depois de ter lido o relatório do Governo entregue à senhora deputada Luísa Mesquita não pode deixar de concluir que se está perante mais uma manobra dilatória para ganhar tempo.-----

--- Propôs que fosse retomada a sua proposta de há dez anos, de apresentação de uma queixa crime ao Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia. Disse que entende não haver alternativa. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Pedro Braz** saudando a população de Pernes pelo arranjo do Largo do Rossio, bem como as crianças da Escola Mem Ramires e o seu pavilhão que está finalmente concluído, obras lançadas pelo anterior executivo.-----

--- Agradeceu o empenhamento de diversas entidades na reedificação da Igreja de Alfange. -----

--- Perguntou qual a situação do projecto de banda larga implementado pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. -----

--- Destacou o arquivamento do processo relativo às ossadas encontradas junto ao muro do Cemitério, pelo Ministério Público, situação que veio repor a verdade relativamente à tentativa de denegrir a imagem do então vereador responsável por aquele pelouro.-----

--- Depois, o senhor **João Leite** felicitou o executivo, quer pelo sucesso do Festival do Alviela que veio reforçar a preocupação pelo problema da poluição do rio, quer pela realização do Congresso do Tejo, sublinhando que Santarém não pode continuar de costas voltadas para o rio.-----

--- Quis saber qual o ponto de situação relativamente à construção de um “Espaço Jovem de Santarém”.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o Conselho Consultivo de Juventude, bem como se existe algum projecto relacionado com os desportos radicais. -----

--- Usou, de seguida, da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que se referiu à eminente saída de Santarém da Escola Prática de Cavalaria considerando que este acto tem de ser marcado de forma indelével sublinhando a empatia entre a Escola Prática e a

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

Cidade de Santarém-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, manifestando, em nome da sua freguesia, a maior gratidão a todos os que proporcionaram o grande Festival de Música dedicado ao Alviela e à causa pela água. ---

--- Usou, depois, da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que se referiu à questão da falta de limpeza das avenidas e rua da Cidade.-----

--- Perguntou se a área de serviço junto à rotunda do Modelo obedece a todos os requisitos de segurança fixados na Lei que regula estas matérias. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação aos problemas que têm ocorrido durante a abertura do novo ano escolar e quais as medidas tomadas pelo Executivo.-----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Pedro Malaca** felicitando a organização do Festival do Alviela, considerando haver muito a fazer em relação ao problema de poluição do Rio Alviela. -----

--- Referiu que tem sido abordado em relação ao problema da falta de limpeza da Cidade, nomeadamente ao lixo acumulado junto aos contentores. -----

--- Quis saber como está a decorrer o processo relativo à Empresa “Águas do Ribatejo” considerando ser um projecto fundamental para o concelho de Santarém.-----

--- Tomou, de seguida, a palavra o senhor **Francisco José Viegas**, Segundo Secretário da Mesa, que salientou terem chegado ao fim as obras de requalificação do Largo do Rossio em Pernes, referindo ser com grande satisfação que vê concluído um sonho com mais de cinquenta anos. -----

--- Agradeceu ao anterior Executivo que lançou a referida obra, assim como ao actual elenco camarário que a concluiu em tempo oportuno. -----

--- Aproveitou para destacar a importância da requalificação do mouchão de Pernes, considerando que esta obra não pode esperar mais tempo. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, alertando para o problema das passagens de nível em Alcanhões,

perguntando qual a situação da variante à estrada nacional trezentos e sessenta e cinco.--

--- Interveio, a seguir, o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, congratulando-se com a realização do Festival de Música do Alviela.-----

--- Alertou para a necessidade do problema do trânsito em Amiais de Baixo ser resolvido o mais breve possível dado que o mesmo está a causar graves transtornos à população da sua freguesia. -----

--- Seguidamente, o senhor **Nuno Serra** felicitou o senhor Presidente da Câmara pela realização do Festival de Música do Alviela. -----

--- Referiu-se à falta de zonas industriais em Santarém, solicitando o empenhamento do Executivo Municipal na resolução deste problema, perguntando qual a situação dos terrenos cedidos à Lactogal. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **José Gandarez** congratulando-se com o sucesso da realização do Festival do Alviela. -----

--- Interpelou o senhor Carlos Catalão acerca de uma entrevista dada a um órgão de comunicação social na qual apelidou o senhor Presidente da Câmara de “ave de arribação”.-----

--- Manifestou a sua preocupação relativamente às restrições impostas aos municípios pela nova Lei das Finanças Locais, apresentando o seu voto de protesto no tocante a esta matéria. -----

--- Depois, interveio o senhor **Aires Lopes** que subscreveu as palavras dos senhores Vicente Batalha e Firmino Oliveira relativamente ao Alviela.-----

--- Solicitou ao senhor Presidente da Câmara para reunir, em tempo oportuno, o Conselho Municipal de Segurança. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre a apresentação de uma maqueta sobre o Campo Sá da Bandeira. -----

--- Usou, depois, da palavra ao senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

Freguesia de Tremês, que lembrou ter entregue à Mesa da Assembleia três requerimentos com perguntas dirigidas à Câmara, não tendo recebido até à presente data qualquer resposta aos mesmos, salientando que irá entregar à referida Mesa três novos requerimentos. -----

---Lamentou que os cartões de identificação dos membros da Assembleia ainda não tenham sido entregues. -----

---Manifestou a sua preocupação relativamente ao que se está a passar com os Serviços de Higiene e Limpeza, nomeadamente com a intenção da Câmara vir a privatizar estes serviços. -----

---Referiu ter uma visão diferente no tocante à nova Lei das Finanças Locais, manifestando a sua concordância com a posição tomada pela Associação Nacional de Freguesias. -----

---A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu em relação aos requerimentos que os mesmos foram remetidos, na devida oportunidade, para Câmara, não tendo a Mesa, até agora, recebido qualquer tipo de informação sobre o assunto em causa. Todavia, informou que a Mesa irá providenciar no sentido de saber o que se passa em relação a esta matéria. -----

---Quanto aos cartões de identificação informou que os mesmos foram entregues em mão, há cerca de quatro meses, numa sessão da Assembleia, na qual, provavelmente, não esteve presente, acrescentando que tem o cartão em sua posse para lho entregar pessoalmente. -----

---Depois, foi dada a palavra ao senhor **Eugénio Pisco** lembrando que, no seguimento da apresentação pelo Governo da proposta de nova Lei das Finanças Locais, esta Assembleia Municipal aprovou, na devida oportunidade, uma Moção de descontentamento em relação aquilo que estava subjacente nessa proposta. -----

---Considerou que esta Lei de Finanças Locais irá conduzir a uma maior desigualdade entre os municípios tendo em conta a forma como as verbas irão ser distribuídas,

acrescentando que é a autonomia do Poder Local que está em causa dado que a Lei de Orçamento de Estado pode alterar o conteúdo da Lei das Finanças Locais não permitindo, assim, o planeamento das autarquias e a respectiva autonomia. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Eurico Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, referindo que a sua freguesia apesar de possuir diversos tipos de infra-estruturas, carece urgentemente de saneamento básico o qual já deveria ter sido iniciado no presente ano. -----

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Helder Pombo** congratulando-se com a realização do Festival do Alviela, bem como com o Festival Medieval, levados a cabo pelo Município.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, manifestando o seu regozijo pela reabertura da Igreja de Alfange, salientando que aquele acto teve lugar no passado sábado, tendo contado com a presença das mais altas individualidades de Santarém. -----

--- De seguida, interveio o senhor **Presidente da Câmara** considerando que só é possível resolver o problema do Alviela caso a população, os partidos políticos e os homens de boa vontade, se unam em torno do mesmo. Referiu que na reunião mantida com o senhor Secretário de Estado do Ambiente constatou que o mesmo está conhecedor de todo este processo -----

--- Referiu que o processo relativo ao cemitério foi arquivado pelo Tribunal, no entanto do ponto de vista disciplinar o processo continua a decorrer.-----

--- Quanto à Escola Prática de Cavalaria informou que está agendada para a próxima segunda-feira uma reunião com o senhor Comandante no sentido de salvaguardar o Museu ali existente.-----

--- Referiu-se à nova Lei das Finanças Locais, considerando ser o maior ataque que o Poder Local sofreu na sua autonomia, criticando a posição do senhor Secretário de Estado da Administração Local em relação à forma como trata os presidentes de Câmara.

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

--- Prestou esclarecimentos relativamente ao saneamento básico, salientando que o mesmo está a ser tratado no âmbito da CULT, referindo que tudo tem feito no sentido da obra poder avançar de modo a não perder o respectivo Fundo de Coesão há semelhança daquilo que aconteceu com o Fundo respeitante às águas. -----

--- Depois, usou da palavra a senhora **Idália Moniz** discordando dos modos como o senhor Presidente da Câmara se dirigiu em relação ao senhor Secretário de Estado da Administração Local, sublinhando que se está a tentar fazer passar uma ideia diferente daquilo que é a nova Lei das Finanças Locais -----

--- Clarificou que a questão das "Águas do Ribatejo" é um processo diferente do saneamento básico, referindo que a candidatura do saneamento é autónoma das águas.---

--- Referiu ter enviado uma carta ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém e aos representantes dos grupos políticos sobre esta matéria, manifestando a sua inteira disponibilidade para ajudar na resolução do assunto em causa. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** discordando do teor da intervenção da anterior oradora, em defesa de um membro do Governo, uma vez que a mesma não se encontra na Assembleia da República.-----

--- Usou da palavra novamente o senhor **Pedro Braz** questionando a Mesa relativamente aos tempos atribuídos a cada um dos membros da Assembleia, sublinhando que o senhor Presidente da Câmara falou mais de trinta minutos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu ser difícil responder dentro dos prazos fixados pela Mesa ao número de questões colocadas.-----

--- Interveio, depois, o senhor **José Gandarez** sugerindo que seja distribuído a todos os membros da Assembleia cópia das actas em que foram produzidas afirmações em relação às medidas então tomadas pela senhora Ministra Manuela Ferreira Leite. -----

--- Tomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** questionando quanto é que o Município de Santarém perde relativamente a dois mil e cinco com a nova Lei das Finanças Locais. ---

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de

Freguesia de Tremês, que afirmou ter defendido em mil novecentos e noventa e cinco que os Serviços de Higiene e Limpeza deveriam ter sido privatizados e hoje continua a manter essa posição. -----

--- Sublinhou o que disse em relação à nova Lei das Finanças Locais.-----

--- Foi dada a palavra, seguidamente, ao senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que estranhou a indignação da senhora Idália Moniz por haver vozes críticas a um membro do Governo. -----

--- Por último, interveio a senhora **Idália Moniz** para referir que não tem qualquer problema em criticar atitudes de membros do Governo, a questão, segundo referiu, são os adjectivos ofensivos utilizados. -----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que os **Pontos Seis e Sete** foram retirados da respectiva Ordem de Trabalhos por sugestão da Câmara Municipal. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que referiu que esperava ver na informação escrita do senhor Presidente da Câmara algo mais relativamente à Lei das Finanças Locais.-----

--- Estranhou a quantidade de projectos suspensos na Divisão de Espaços Verdes tendo em conta as carências da cidade em termos de limpeza e de zonas verdes. -----

--- Referiu a entrada de novos funcionários para a Autarquia sem justificação aparente. -

--- Salientou ter apresentado um requerimento à Câmara através da Mesa da Assembleia não tendo obtido resposta até à presente data.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Pedro Braz** que referiu estar de acordo, grosso modo, com

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

a nova Lei das Finanças Locais, estando disponível para discutir este assunto, considerando não haver Lei que resista quando se mandam efectuar estudos que custam setenta e dois mil euros com vista à instalação de grandes superfícies.-----

--- Usou da palavra, seguidamente, o senhor **Vicente Batalha** referindo que o arranjo do Largo do Rossio é uma obra de grande significado para a população do concelho, lembrando que aquele espaço que foi chão de feira, durante décadas, passa agora a ser a sala de visitas da Vila de Pernes.-----

--- Falou da necessidade de recuperação das quedas de água do Mouchão Parque e de toda a sua envolvência, salientando que esta tese está interligada com a questão do Alviela e o Largo do Rossio, perguntando se a Câmara tem a intenção de consignar a obra naquilo que diz respeito à sua responsabilidade, depois da intervenção do Governo.

--- Foi dada a palavra à senhora **Idália Moniz** que considerou importante que se esteja a fazer a monitorização dos serviços, perguntando de que forma a mesma está a ser efectuada.-----

--- Perguntou onde funciona o Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém, como foi recrutada a formadora, quando iniciou a formação e quem lhe está a fazer a formação.---

--- Depois, interveio a senhora **Anabela Botelho Almeida** que perguntou se existem novas informação relativamente à alteração do traçado da Linha do Norte. -----

--- Referiu-se ao encerramento de algumas escolas no concelho, considerando que a Câmara, em articulação com as Juntas de Freguesia, deve fazer tudo para evitar que esta situação aconteça, dado que o fecho das mesmas pode ser o primeiro passo para o abandono das localidades mais periféricas do concelho. -----

--- Solicitou informações sobre as actividades de enriquecimento curricular e se são acauteladas as habilitações consideradas mínimas para os professores poderem leccionar.

--- Interveio de seguida o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, congratulando-se com a descentralização das actividades culturais nas Freguesia do concelho de Santarém.-----

--- Solicitou ao senhor Vereador Mário Santos para se deslocar a Casével de modo a verificar os prejuízos que estão a ser causados pela obra de alargamento da Auto-Estrada número Um à população de Casével.-----

--- Seguidamente, tomou a palavra a senhora **Dúnia Palma** solicitando para que, em próxima sessão da Assembleia, seja disponibilizado um quadro relativo à situação do parque escolar da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

--- Depois, o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, salientou que em matéria de educação está a prestar apoio apenas com uma auxiliar de educação. -----

--- Referiu estar preocupado com a necessidade de construção da Escola e do Jardim de Infância para a sua freguesia.-----

--- Considerou que a descentralização das actividades culturais para as freguesias foi apenas para algumas, referindo que solicitou apoio à Câmara para o aluguer de um palco não tendo obtido qualquer resposta. -----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que falou do problema da poluição do Alviela, referindo-se à resposta do Ministério do Ambiente a um requerimento apresentado pela senhora deputada Luísa Mesquita. Salientou ainda que no mesmo período de tempo em que é retratada a resposta ao referido requerimento foram efectuadas onze descargas brutais até Maio de dois mil e seis, acrescidas de mais duas recentemente.-----

--- Referiu desconfiar dos discursos divergentes dos senhores Secretário de Estado e do Ministro do Ambiente, salientando que deixar o peixe morto apodrecer à tona de água é, em seu entender, pura inoperância, considerando que para se tratar do problema do Alviela é necessário alterar estas atitudes.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, perguntando se também faz parte do concurso para as infra-estruturas das habitações sociais em Pernes e Amiais de Baixo a construção de uma

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

muralha de suporte de terras nos acessos a estas habitações sociais.-----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referiu que a carta que acompanhava o presente relatório foi elaborada de forma sucinta com os aspectos que lhe pareceram mais importantes. -----

--- Referiu que na actual perspectiva não haverá a construção de novas escolas a não ser que haja enquadramento das mesmas em PIDDAC.-----

--- Quanto às passagens desniveladas, esclareceu que a REFER está a ultimar o desvio do traçado da Linha do Norte, referindo que segundo a previsão daquela empresa a obra deverá estar concluída em dois mil e onze, esperando que espaço canal entre Vale de Figueira e o Vale de Santarém seja revertido à Câmara Municipal de Santarém, o qual irá ser muito importante no acesso ao rio e à Cidade de Santarém. -----

--- Prestou esclarecimentos em relação ao estudo para a instalação de grandes superfícies, referindo que não foi o actual Executivo o responsável pela não instalação da fábrica da Lactogal em Santarém.-----

--- No tocante à Empresa “Águas do Ribatejo” referiu que após ter estudado o respectivo processo verificou que Santarém sairia prejudicada nesta matéria, tendo conseguido que a referida empresa ficasse sedeadada em Santarém.-----

--- Relativamente à contratação de pessoal esclareceu que a mesma tem a ver com a admissão de pessoal auxiliar para a Escolas. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Pedro Braz** sublinhando o que disse relativamente ao estudo para a instalação de grandes superfícies.-----

--- Salientou que a leitura que fez em relação à Empresa “Águas do Ribatejo” foi de que o senhor Presidente da Câmara estava contra a criação da Empresa. Todavia, folga em saber que afinal mudou de opinião.-----

--- Depois, o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, considerou que não deveria ser necessário falar com o senhor Presidente da Câmara para obter resposta a um ofício. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que solicitou esclarecimentos em relação à construção da variante à Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco, considerando que a população de Alcanhões não pode esperar até dois mil e onze pela concretização da alteração do traçado à Linha do Norte. -----

--- Seguidamente, interveio a senhora **Idália Moniz** para esclarecer ter distribuído, na qualidade de Presidente da Assembleia da CULT, cópia do processo respeitante ao saneamento básico, proveniente do Tribunal, aos membros da Mesa da Assembleia da CULT, assim como aos representantes dos partidos políticos ali representados. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao Gabinete de Apoio à Vítima. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Carlos Catalão** que teceu algumas considerações em relação ao processo da Empresa “Águas do Ribatejo”, considerando ter havido demasiado mediatismo em relação a este problema que em nada tem ajudado na resolução do mesmo. -----

--- Tomou a palavra, de seguida, o senhor **José Gandarez** considerando que o processo das “Águas do Ribatejo” está ferido de legalidade, perguntando quantas providências cautelares existem sobre o mesmo. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que está a ser efectuado um controlo rigoroso da despesa corrente semanal, referindo que o estudo respeitante às grandes superfícies ficou em cerca de quarenta e nove mil euros, salientando que foi negociado um parque infantil no valor de quarenta mil euros e mais três mil e quinhentos metros quadrados para construir uma escola.-----

--- Usou da palavra o senhor **Helder Pombo** para referir que o PSD não recebeu qualquer tipo de documentação respeitante ao processo da CULT.-----

--- Retomou a palavra a senhora **Idália Moniz** salientando que teve oportunidade de confirmar que os dois Vice-Presidentes da Assembleia da CULT receberam a documentação em causa, assim como uma das forças políticas ali representadas.-----

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

--- O senhor **Carlos Catalão** interveio novamente para lamentar que o senhor Presidente da Câmara não tenha respondido às questões colocadas. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Vereador Ramiro Matos** esclarecendo que o fundo de coesão do saneamento no âmbito da CULT foi aprovado. O que não foi aprovado foi o fundo respeitante às águas, situação que prejudica logo à partida a criação da Empresa “Águas do Ribatejo”. -----

--- Manifestou o seu agrado pelo facto do Governo estar a apoiar financeiramente os Gabinetes de Apoio à Vítima, através da Secretaria de Estado da Reabilitação, esperando que a autarquia seja ressarcida dos dinheiros investidos nesta área. -----

--- Após alguma troca de impressões foi encerrado este ponto o qual não carece de votação. -----

--- Em face da urgência da Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém referente ao ano de dois mil e seis, o senhor **Presidente da Assembleia** propôs, por proposta da Câmara, que este assunto seja antecipado para o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, tendo o plenário concordado por unanimidade. -----

--- **PONTO DOIS – PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E SEIS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de onze de Setembro, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém referentes ao ano de dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Pedro Braz** que recordou as críticas que eram feitas pelo PSD

aquando das revisões orçamentais então apresentadas pelo Executivo Socialista.-----

--- Considerou algumas das verbas inscritas na presente revisão excessivas, salientando ser, em sua opinião, uma má gestão.-----

--- Foi dada a palavra depois ao senhor **Diamantino Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, que solicitou esclarecimentos sobre verbas que tinham sido acordadas ficarem contempladas nesta revisão orçamental e que verificou não constarem na referida revisão.-----

--- Usou da palavra seguidamente o senhor **José Luís Cabrita** referindo que esperava que a presente revisão orçamental traduzisse um maior investimento municipal, sobretudo para o desenvolvimento do concelho.-----

--- Esta revisão orçamental, segundo referiu, mais não é do que um aumento das despesas correntes que contraria o discurso do Executivo Municipal. Todavia, porque não pretendem inviabilizar a gestão do Município, a CDU irá abster-se. -----

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que disse interrogar-se com as questões de coerência quando se está do lado do Poder ou do lado da Oposição, perguntando se causa assim tanta indignação às pessoas levar um pouco de cultura popular às pessoas da ruralidade quando, em outras oportunidades, se realizaram concertos para promover a imagem do Presidente da Câmara. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Pedro Braz** para referir que, pessoalmente, no tocante a festas e artistas está contra, salientando que a cultura pode e deve descer às freguesias, no entanto, os cantores “pimba” não são propriamente cultura que seja necessário o erário público suportar, uma vez que se paga a ela própria. -----

--- Usou da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que discordou da opinião do anterior orador, considerando que em matéria de cultura se deve dar aquilo que as pessoas gostam, acrescentando que os anteriores Executivos também deram muitos apoios para festas nas freguesias. -----

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

--- Quanto à revisão esclareceu que quando se autoriza uma despesa a mesma tem de ser cabimentada, lembrando que quanto o senhor Pedro Braz era Vereador o senhor autorizou a realização de um jantar de idosos mesmo depois de ter tido conhecimento de que não havia cabimentação orçamental. -----

--- Salientou que a presente revisão prende-se com a necessidade de definir as verbas que estavam não definidas para as freguesias, assim como com o acerto do saldo de gerência.

--- Quanto à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, informou ter havido um lapso dos serviços, esclarecendo que o mesmo será rectificado numa próxima alteração orçamental. -----

--- Relativamente ao aumento das despesas correntes, referiu tratar-se de pagar algumas das dívidas realizadas pelo anterior Executivo e que estavam sem cabimento. -----

--- A seguir, o senhor **Pedro Braz** solicitou que as insinuações proferidas pelo senhor Vereador Ramiro Matos relativamente à sua pessoa fiquem transcritas em acta. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Primeira Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano referentes ao ano de dois mil e seis**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e dezassete abstenções. -----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta do **Ponto Dois**, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, nos termos da Lei e do

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

229

Regimento, o qual não se concretizou por ausência de intervenções -----

--- Era uma hora e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----

--- Aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da sessão ordinária de Setembro, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecra Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Botelho Amaro de Almeida, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Fernando Manuel Penitência Poeiras, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Miguel da Conceição Piedade, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

Vicente (Casével), Carlos António Marçal (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (Tremês), George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida (Vale de Santarém) e Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros).-----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Maria Helena Gaspar da Fonseca, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves – Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Gançaria, José António Coelho Madeira – Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta, Fernando Mendonça Rodrigues – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, Luís Maria Severino Arrais – Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea.-----

--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes (CDU), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida (PS), Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra (PSD) e Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca (BE) e as senhoras Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia (PSD), Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS).---

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Lígia Corujo Reis Batalha, Luís Manuel da Graça Batista e Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves.-----

- Ausências:-----
- Manuel António dos Santos Afonso, Maria Luísa Raimundo Mesquita e Henriqueta da Graça Pereira Carolo.-----
- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, informando que o senhor João Luís Madeira Lopes da bancada da CDU, solicitou a suspensão do mandato pelo período de seis meses, por motivos de ordem profissional, sendo substituído pelo senhor **Vicente Carlos Flor Batalha** que já tomou posse em anterior sessão.-----
- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Setembro e de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----
- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO TRÊS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE DOIS MIL E SEIS A LIQUIDAR EM DOIS MIL E SETE.** -----
- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----
- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e oito de Agosto de dois mil e seis, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da proposta de **Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e seis a liquidar em dois mil e sete**, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, na seguinte forma, de acordo com o número quatro do artigo cento e doze do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI): -----
- **A** – Ao abrigo do número um do artigo cento e doze do CIMI: -----
- Um – Fixação da taxa prevista na alínea b), do número um, do artigo cento e doze, do CIMI, em zero vírgula seis por cento: -----
- Dois – Fixação da taxa prevista na alínea c), do número um, do artigo cento e doze,

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

do CIMI, em zero vírgula quatro por cento. -----

--- **B** – Nos termos e para os efeitos dos números cinco, seis e sete do artigo cento e doze do CIMI:-----

--- Um – Redução de quinze por cento da taxa a aplicar nos prédios inseridos na freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, como forma de fomentar a acção dos proprietários com vista à realização de obras de reabilitação; -----

--- Dois – Diminuição de trinta por cento do valor da taxa a aplicar nos prédios reabilitados e em reabilitação inseridos na freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, a aplicar nos casos em que já ocorreu o prazo de isenção previsto no artigo quadragésimo – A do Estatuto dos benefícios Fiscais, e até um período máximo de cinco anos após a emissão ou conclusão das obras de reabilitação;-----

--- Três – Majoração de trinta por cento sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados que tenham pendentes processos com notificações municipais de intimação ao abrigo dos números dois e três, do artigo oitenta e nove, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de Dezembro.”-----

--- Usou da palavra o senhor **José Gandarez** para referir que o PSD se irá abster na votação desta proposta uma vez que a situação financeira da autarquia não permite que haja uma redução de taxas, sublinhando, contudo, ser a favor da diminuição de taxas quando a situação financeira da Câmara assim o permitir. -----

--- Salientou que a redução da taxa em zero vírgula um por cento implica uma diminuição da receita na ordem dos setecentos mil euros. -----

--- Solicitou à CDU para clarificar a sua posição relativamente à diminuição das taxas tendo em conta que esta força política defendeu o reequilíbrio financeiro medida que iria provocar um aumento para a taxa máxima do respectivo imposto.-----

--- Depois, interveio o senhor **Pedro Braz** concordando com a manutenção dos valores em causa, manifestando a sua disponibilidade para rever estas taxas para o próximo ano. Acrescentou ainda que gostaria de ver a majoração das taxas extensível a outras

freguesias do concelho.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Eugénio Pisco** que salientou que a proposta apresentada corresponde a uma evolução positiva de modo a não sobrecarregar os munícipes.-----

--- Esclareceu que a CDU apresentou um conjunto de medidas de modo a sanear financeiramente a autarquia, sublinhando que uma coisa são medidas de reequilíbrio financeiro, outra é a assinatura de um contrato dessa natureza com todas as suas implicações.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e seis a liquidar em dois mil e sete**, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e vinte e quatro abstenções.-----

--- Pelo senhor **Diamantino Cordeiro Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Tremês, foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Abstive-me na proposta de fixação das taxas do IMI para o ano de dois mil e seis a liquidar em dois mil e sete, por não concordar com a discriminação de que são alvo vinte sete freguesias do concelho na presente deliberação, através dos pontos um e dois do ponto B da referida proposta, pois também nas mesmas, decerto existem inúmeros prédios degradados que necessitam de urgente reabilitação, pelo que seria de elementar justiça que os proprietários dos mesmos pudessem usufruir das regalias fiscais concedidas aos proprietários da freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém”.-----

--- **PONTO QUATRO – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E SETE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e oito de Agosto, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do **Lançamento de Derrama no ano de dois mil e sete (fixação de taxa de nove por cento sobre o IRC)**, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor o **Helder Pombo** para referir que o PSD votará favoravelmente a proposta de derrama apresentada. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando que a taxa de nove por cento em nada fomenta o investimento, referindo que irá abster-se. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de dois mil e sete**, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e seis votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- **PONTO CINCO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA DOIS MIL E SETE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e oito de Agosto de dois mil e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem para dois mil sete, em zero vírgula vinte cinco por cento**, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que sublinhou que a CDU continua a

entender que esta é uma taxa indevidamente cobrada aos cidadãos dado que deveriam ser as empresas que utilizam o subsolo a suportar a mesma. -----

--- Salientou que a prosseguir-se esta lógica não tardará muito que estejamos a pagar uma taxa relativamente a outras situações. -----

--- Acrescentou que a Câmara não cumpre o preceituado neste diploma uma vez que não justifica a apresentação da taxa em causa. -----

--- Depois, interveio o senhor **Fernando Poeiras** perguntando qual o significado destas taxas do ponto de vista do Orçamento do Município, referindo que, em seu entender, não se verifica qualquer benefício na aplicação das mesmas, razão pela qual irá votar contra.

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** sensibilizando a Câmara para a necessidade de haver uma fiscalização rigorosa de modo a que os pavimentos sejam repostos nas devidas condições aquando das respectivas intervenções.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para dois mil e sete**, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta votos a favor, sete votos contra e zero abstenções.-----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA DE ADESÃO À REDE NACIONAL DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Janeiro de dois mil e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação da proposta de **Adesão da Câmara Municipal de Santarém à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

--- Usou da palavra a senhora **Carla Neto** felicitando o Executivo Municipal pela adesão a esta Associação, bem como pelas medidas tomadas, nomeadamente a construção de rampas de acesso aos Edifícios dos Paços do Concelho e do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente.-----

--- Interveio, a seguir, a senhora **Anabela Botelho Almeida** considerando ser esta uma matéria de grande importância uma vez que é motivadora de exclusão, salientando que os objectivos desta Associação lhe parecem adequados.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Fernando Poeiras** que questionou se o documento visa uma política de boa consciência ou de boa acção, bem como qual a posição dos técnicos em relação a esta matéria.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Vereador Ramiro Matos** que esclareceu que esta adesão tem a ver com uma política de boas práticas, salientando a intervenção efectuada junto ao edifício da Câmara.-----

--- Informou da existência de uma proposta de regulamento de modo a obrigar que todas as obras particulares obedeam a requisitos de mobilidade para todos.-----

--- Referiu haver técnicos na Câmara empenhados nesta matéria, todavia existem situações que ultrapassam essas questões técnicas.-----

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Adesão da Câmara Municipal de Santarém à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção.-----

--- **PONTO SETE – SUBSCRIÇÃO DA RESOLUÇÃO POLÍTICA APROVADA NA XXIII ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA (INNSBRUCK, ÁUSTRIA, DEZ A DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E SEIS).**-----

--- Interveio o senhor **Eugénio Pisco** que considerou que presente resolução contém algumas sugestões sobre práticas e procedimentos de que merecem a sua concordância, todavia encerra no seu ponto sete uma ideia sobre a constituição europeia que não poderá obter o voto favorável da CDU.-----

--- Submetida a votação a **Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa**, foi a mesma **subscrita por maioria**, com quatro votos contra.-----

--- **PONTO OITO – SUBSCRIÇÃO DA CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL, APROVADA NA XXIII ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA (INNSBRUCK, ÁUSTRIA, DEZ A DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E SEIS)**.-----

--- Usou da palavra a senhor **Anabela Botelho Almeida** considerando que esta carta estabelece um conjunto de princípios que são consensuais e outros que devem ser considerados universais. As divergências surgem na forma de como atingir estas metas.-

--- Referiu que não é através de quotas de conceito que poderá estar subjacente a este texto que a igualdade se atinge.-----

--- A forma de dar mais expressão a esta igualdade, segundo referiu, passa por proporcionar melhores condições à mulher que lhe permita participar mais na vida pública e isso só se consegue se o seu papel for mais valorizado na sociedade.-----

--- Seguidamente, interveio a senhor **Alecta Ferreira**, Primeira Secretária da Mesa, que teceu algumas considerações relativamente ao presente assunto, considerando a Carta Europeia em apreço da maior importância, no pressuposto de que ela não será um mero procedimento rotineiro, sem implicações nem consequências, sublinhado que no documento é referido que o signatário se compromete a assegurar e adoptar um plano para a igualdade.-----

--- Referiu que ao subscrever-se esta Carta será dado um passo conforme a dimensão do

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

nosso engenho e do nosso querer, no caminho necessariamente longo e árduo, para uma cidadania mais participada livre e justa.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a **Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local**, tendo sido **subscrita por maioria**, com quatro abstenções.-----

--- PONTO NOVE – SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO QUARTO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA.-----

--- Interveio a senhora **Anabela Botelho Almeida** salientando a importância da água para a vida humana, referindo que todos os dias morrem cerca de quatro mil e duzentas crianças com menos de cinco anos de idade, por falta de água potável e de redes de saneamento básico, razão pela qual o seu uso deverá ser assegurado a todos.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Helder Pombo** referindo que o PSD subscreve totalmente esta declaração uma vez que a mesma reflecte a posição deste Partido em relação a esta matéria.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Vicente Batalha** chamando a atenção para o ponto quatro do documento, considerando fundamental a ligação entre a água e o saneamento, sendo necessária a preservação da água.-----

--- Alertou para a importância de preservação do Rio Tejo, e concluiu, sublinhando estar na presença de um documento que pela primeira vez fala das alterações climáticas que constituem um problema para todos nós.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Declaração do Quarto Fórum Mundial da Água**, tendo sido **subscrita por unanimidade**.-----

--- PONTO DEZ – SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS.-----

--- Usou da palavra a senhora **Anabela Botelho Almeida** que referiu que o tráfico de seres humanos e a sua exploração são dois conceitos indissociáveis, sublinhando que a

exploração assume hoje as mais variadas formas a par do progresso científico e do mundo industrializado conhecendo novas formas de redução da dignidade do ser humano e da sua escravização, acrescentando que o tráfico de seres humanos, hoje, é superior ao tráfico de droga. -----

--- Salientou que na Europa o problema do tráfico de pessoas ganha principal expressão em duas vertentes, nomeadamente trabalho forçado, com vista à exploração de mão-de-obra barata e a prostituição e exploração sexual, sendo que esta vertente é o principal destino dos seres humanos traficados.-----

--- Submetida a votação a **Declaração sobre a Luta Contra o tráfico de seres humanos**, foi a mesma **subscrita por unanimidade**. -----

--- **PONTO ONZE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

--- Pelo senhor **Pedro Malaca**, do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Moção:

--- “No ano em que se comemoram trinta anos do Poder Local Democrático, consideramos que as alterações ao sistema de financiamento autárquico em vigor, devem ser efectuadas no sentido de torná-lo mais actual, justo, solidário, descentralizador e promotor de um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país. -----

--- Assim, considerando que uma nova proposta de Lei das Finanças Locais deveria: ----

--- Diminuir a dependência financeira das autarquias dos impostos associados à nova construção, premiando, pelo contrário, políticas de reabilitação, de valorização do património histórico e ecológico e da promoção da qualidade de vida dos respectivos municípios;-----

--- Reforçar a capacidade financeira das autarquias, dotando-as dos meios para fazerem face às novas atribuições e competências que têm vindo a assumir; -----

--- Aprofundar o rigor e a transparência nas finanças locais, salvaguardando sempre a autonomia do Poder Local; -----

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

- Contribuir para o atenuar das assimetrias regionais. -----
- A proposta de Lei apresentada pelo Governo, não obstante alguns aspectos absolutamente essenciais no que respeita ao maior rigor no endividamento autárquico, no essencial, não dá resposta a estas necessidades, agravando mesmo, nalgumas áreas, a situação hoje existente. -----
- Assim, considerando que: -----
- As receitas municipais não são reforçadas e, pelo contrário, através de mecanismos sancionatórios drásticos, associados aos limites de endividamento, a maioria dos municípios pode ver o seu financiamento reduzido drasticamente, com graves consequências aos níveis social e desenvolvimento local;-----
- São criadas novas limitações e constrangimentos à autonomia do Poder Local, aumentando o centralismo e a rigidez na gestão autárquica – em caso de declaração de “situação de desequilíbrio financeiro”, um município poderá mesmo ficar sujeito a mecanismos de tutela directa do Governo, o que é inaceitável.-----
- Se mantém o peso significativo dos “impostos do betão” no financiamento das autarquias, sendo esta situação tanto mais agravada quanto maior for o estrangulamento financeiro dos municípios por via da redução de transferências dos fundos centrais. -----
- A presente proposta do governo não foi constituída em diálogo construtivo com os municípios e a sociedade em geral: o ante-projecto foi elaborado por um grupo de trabalho fechado, composto por académicos pouco conhecedores da realidade das autarquias; a ANMP queixa-se que as dezenas de horas de reuniões havidas não tiveram qualquer repercussão em termos de conteúdo da proposta; em todo o processo foi significativo o comportamento autista do Governo, imputando às autarquias, de forma falaciosa, a responsabilidade pelo aumento das despesas públicas e o descontrole orçamental do país.-----
- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, delibera: -----

--- –Considerar inaceitável a nova proposta de Lei de Finanças Locais apresentada pelo Governo, apelando para que a Assembleia da República, em sede de especialidade, dê início a uma mais aprofundada reflexão e participação na construção de uma Lei absolutamente estrutural para o desenvolvimento do país e da democracia.”.-----

--- Interveio o senhor **Pedro Braz** que referiu não concordar com a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda dado que, em seu entender, a nova Lei das Finanças Locais estando em discussão visa reforçar a autonomia local e credibilizar o próprio Poder Local elevando os padrões de rigor e transparência exigidos na gestão autárquica.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **José Gandarez** reafirmando o posicionamento do PSD em relação à nova Lei das Finanças Locais, apesar de nem tudo ser mau no presente diploma. -----

--- Sugeriu uma alteração relativamente à conclusão da presente proposta dado que a mesma já foi aprovada na generalidade pela Assembleia da República. -----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **José Luís Cabrita** lembrando que a CDU apresentou, em anterior Assembleia, uma Moção sobre esta matéria a qual foi considerada por alguns extemporânea por se tratar de uma proposta do governo aberta a sugestões.-----

--- Constatou que, infelizmente, as piores expectativas vieram a confirmar-se, manifestando a sua concordância com a proposta apresentada. -----

--- Por último, interveio o senhor **Fernando Poeiras** que concordou com a sugestão apresentada, ficando o último parágrafo da Moção com a seguinte redacção: -----

--- “*Considerar inaceitável a nova proposta de Lei de Finanças Locais apresentada pelo Governo, apelando para que a Assembleia da República, em sede de especialidade, dê início a uma mais aprofundada reflexão e participação na construção de uma Lei absolutamente estrutural para o desenvolvimento do país e da democracia*”. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epígrafe com a referida alteração, tendo sido **aprovada por maioria**, com

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

vinte sete a favor, quinze votos contra e quatro abstenções. -----

--- Pelo senhor **Pedro Malaca**, do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Proposta:-----

--- “A vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete cumprir-se-ão exactamente vinte anos sobre a morte de José Afonso, uma data marcante que cumprirá assinalar com a dignidade e relevo que a personalidade merece. -----

--- José Afonso foi músico, cantor e poeta, senhor do lirismo mais doce e capaz da palavra mais cortante. Foi professor, pedagogo, combatente pela democracia e pela liberdade, espírito crítico, rebelde e exigente, visionário de uma terra onde “ser digno” fosse conjugado no presente e no plural, companheiro e amigo dos simples e dos humildes. Fez de “terra da fraternidade” mais do que uma estrofe de uma canção e a senha do vinte e cinco de Abril: Fez da fraternidade uma palavra de ordem para a sua própria acção quotidiana. José Afonso foi, em suma, um português exemplar. -----

--- O seu perfil como homem transcende em muito a imagem redutora do mito. O Zeca foi uma personalidade rica e complexa, prenhe de contradições, de angústias e de sonhos – muitos sonhos.-----

--- A menos de seis meses dos vinte anos, sobre a morte de José Afonso, cremos ter chegado a hora de preparar *com tempo* a homenagem que ele merece perpetuando-lhe a obra e dando-o a conhecer nas sua múltiplas facetas sobretudo às gerações mais jovens. -

--- Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Santarém propõe à Câmara Municipal que prepare para o primeiro trimestre do próximo ano um ciclo de actividades de homenagem a José Afonso, procurando envolver as colectividades, as escolas e a comunidade, em geral.”. -----

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha**, da bancada da CDU, fazendo a apresentação do seguinte Voto de Saudação:-----

--- “Fernando Lopes Graça, compositor e musicólogo português, nasceu a dezassete de Dezembro de mil novecentos e seis, em Tomar, e faleceu a vinte sete de Novembro de mil novecentos e noventa e quatro, em Lisboa. -----

--- Estudou no conservatório e apresentou-se pela primeira vez como compositor, em mil novecentos e vinte e nove, com as *Variações sobre um Tema Popular Português*, para piano *Prometo*, para orquestra de arco. -----

--- De mil novecentos e trinta e dois a mil novecentos e trinta e seis encontra-se em Coimbra, tendo colaborado com o grupo literário da Presença. Parte, em mil novecentos e trinta e sete, para Paris, onde frequenta a cadeira de Musicologia da Sorbonne. É nesta altura que se dá, no seu estilo, a viragem decisiva numa orientação de timbre nacionalista, com o aproveitamento e a colaboração, na sua linguagem, dos elementos harmónicos, melódicos e rítmicos do folclore português. -----

--- Em mil novecentos e trinta e nove, regressa a Lisboa, exercendo uma intensa actividade como compositor, crítico, pianista, publicista, conferencista e organizador regente de coros populares. Em mil novecentos e quarenta e dois, funda a Sonata, para organização de concertos de música moderna, e, em mil novecentos e cinquenta e um, cria a revista *Gazeta Musical*. Foi director artístico da Academia de Amadores de Música. -----

--- É extensa e reconhecida a qualidade da sua obra como compositor e teórico. Recordemos os escritos sobre Viana da Mota, em mil novecentos e quarenta e nove, a *Canção Popular Portuguesa*, e Bela Bartok, em mil novecentos e cinquenta e seis, e as recolhas, *Antologia da Música Tradicional Portuguesa*, em mil novecentos e sessenta, e *Cancioneiro Popular Português*, em mil novecentos e noventa e um, ambos em parceria com Michel Giacometti. -----

--- Cidadão exemplar, lutador e resistente, intelectual comunista, as suas célebres heróicas foram hinos de liberdade e resistência, cantadas por gerações e gerações de portugueses, sobretudo, por jovens. O Coro do Círculo Cultural Scalabitano inclui no seu

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

reportório com êxito muitas das denominadas Heróicas, que compôs com José Gomes Ferreira. Do seu espólio referência para a inclusão nas Heróicas de dois poemas de Maria da Purificação que musicou, *Acorda, Meu Povo* (mil novecentos e setenta e cinco) e *Os Mortos do Tarrafal* (mil novecentos e setenta e nove).-----

--- Só morre quem é esquecido. Fernando Lopes Graça continua vivo nas muitas partituras e páginas que o povo português continua a cantar e que fazem parte da nossa identidade cultural.-----

--- **A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em sessão ordinária a treze de Outubro de dois mil e seis, delibera: -----**

--- **Saudar o Centenário do Nascimento de Fernando Lopes Graça e associar-se às comemorações que o estão a assinalar em todo o país.”. -----**

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que se associou ao Voto de Saudação, lembrando que Fernando Lopes Graça era um “mozartiano”, informando que no próximo dia dois de Novembro, na Igreja da Graça, irá realizar-se um “requiem” de Mozart para encerrar as respectivas comemorações em Portugal.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Voto de Saudação em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentado o seguinte Voto de Pesar: -----

--- “António Coelho, jornalista, faleceu no passado dia oito de Outubro, aos cinquenta e três anos de idade.-----

--- Natural de Minde, empenhou-se na divulgação das suas raízes, e muito em especial do seu Ribatejo. O que acontecia em Santarém não lhe passava à margem. Era uma voz nossa, com eco nacional. -----

--- O Festival Nacional de Gastronomia, que acompanhava há muitos anos, era o mais antigo jornalista residente, e a que dedicava especial afeição, e com cuja organização se preocupava, era a *menina dos seus olhos*. -----

--- Este ano, sem ele, a mesa dos jornalistas fica com menos brilho e requinte, o Festival

fica mais pobre.-----

--- António Coelho, pessoa de esmerada educação e de fino trato, era um profissional competente e dedicado, da velha escola.-----

--- A sua morte prematura, embora esperada, a todos consternou.-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida a treze de Outubro de dois mil e seis, delibera: -----

--- **Expressar o seu pesar pela morte do jornalista António Coelho, reconhecer o seu esforço em prol da divulgação de Santarém e apresentar à sua família sentidas condolências.**”-----

--- Submetido o Voto de Pesar acima transcrito a votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

--- “No dia quatro de Outubro, de morte súbita, morreu Cláudio Tomé, aos cinquenta e cinco anos, em Atalaia/Almoster, cuja Junta já presidira de mil novecentos e noventa a mil novecentos e noventa e sete.-----

--- A sua morte a todos consternou. Era um homem simples e de grande frontalidade. Foi um autarca lutador e reivindicativo, terra a terra, que defendia os interesses da população da sua freguesia, com entusiasmo e empenhamento. Serviu Almoster com dedicação, espírito aberto e solidário. Nesta Assembleia Municipal, muitas vezes levantou a voz, para de forma exemplar, directa, simples e enérgica, dar a cara pelas necessidades e aspirações dos seus fregueses e pelos ideais e valores em que acreditava.-----

--- Ao lamentar o infausto acontecimento, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida no dia treze de Outubro de dois mil e seis, delibera: -----

--- Manifestar um voto de profundo pesar pela morte do autarca Cláudio Tomé e endereçar à sua família e à Freguesia de Almoster a expressão das mais sentidas condolências.”.-----

--- Submetido o Voto de Pesar em epígrafe a votação, foi o mesmo **aprovado por**

ACTA Nº. 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

unanimidade. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco–A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Três, Quatro, Cinco, Seis, Sete, Oito, Nove, Dez e Onze**, tendo sido **aprovados por unanimidade.** -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** no qual interveio o senhor **Rui Presúncia de Jesus** que se congratulou pelo projecto de requalificação apresentado relativamente ao Campo Sá da Bandeira que foi dinamizado pelo Movimento de Cidadania Santarém XXI, sublinhando ter sido com agrado que viu o actual Executivo dar acolhimento às ideias deste movimento. -----

--- Lamentou, no entanto, que aquando da apresentação deste projecto não tenha havido uma palavra de apreço por parte do Executivo Municipal ao trabalho do referido Movimento. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vaz Silva** referindo que lhe foi transmitido pelo Presidente de Junta de Freguesia de Abitureiras que a Câmara gastou cerca de duzentos mil contos com o Festival do Alviela, perguntando se é verdade. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Presidente da Câmara** que clarificou não ter havido intenção de minimizar o trabalho realizado pelo Movimento Santarém XXI, sublinhando que não pretende qualquer protagonismo em relação a este processo. -----

--- Quanto ao Festival do Alviela informou não serem verdade os valores referidos, sublinhando que a Câmara suportou apenas as importâncias que estavam orçamentadas. -

--- Usou da palavra o senhor **José Ilídio Freire**, Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, para esclarecer que aquilo que disse em Assembleia de Freguesia foi de que desde o início do mandato a Câmara gastou em bandas e concertos cerca de duzentos mil

ACTA N.º 10/2006
Sessão Ordinária de Setembro
1ª Reunião 29 de Setembro de 2006
2ª Reunião 13 de Outubro de 2006

247

contos. -----

--- Aproveitou para perguntar, de acordo com uma informação prestada pelo senhor Vaz Silva, se é possível as Juntas de Freguesia executarem pequenas obras e mandarem as respectivas facturas para a Câmara pagar. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Rui Presúncia de Jesus** para esclarecer que o Movimento não pretende a paternidade da ideia quer é que as coisas sejam tratadas com justiça. -----

--- Interveio novamente o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu ser possível enviar à Câmara facturas de pequenas obras para liquidar desde que as mesmas estejam orçamentadas. -----

--- Encerrado o Período de Intervenção do Público, eram vinte e três horas e trinta minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----